

**Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)**



Atena
Editora
Ano 2021

**Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)**



**EDUCAÇÃO:
SOCIEDADE CIVIL, ESTADO
E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
6**



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 6
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-776-5

DOI 10.22533/at.ed.765212701

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APONTAMENTOS E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: DA EXPERIÊNCIA PESSOAL AO CHAMAMENTO PÚBLICO

Marcelo Noriega Pires

DOI 10.22533/at.ed.7652127011

CAPÍTULO 2..... 12

A POLÍTICA HIGIENISTA E A FORMAÇÃO DOS “CORPOS DÓCEIS” A PARTIR DO AMBIENTE ESCOLAR

Márcia Maria de Medeiros

Mariane da Silva Costa

Luiz Alberto Ruiz da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7652127012

CAPÍTULO 3..... 21

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Bruna Gonçalo do Nascimento

Francisca Valquiria Alves Dias

Hallyson Pontes Liberato Dias

Juliana Barbosa Silva

Lyanna Lourdes Lima Leal

Maria Marina Dias Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.7652127013

CAPÍTULO 4..... 25

LA MIRADA DE LA COMPLEJIDAD EN LAS INTERVENCIONES PROFESIONALES

Mónica De Nicola

María Elena Aradas Díaz

Julieta Lázzari

Adhemar Pascuale

Anabela Farias

Blas Aseguinolaza

DOI 10.22533/at.ed.7652127014

CAPÍTULO 5..... 38

CONTEXTO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS TEORIAS E PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM APLICADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Stênio Severino da Silva

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lucia Rizzi Marcom

Paulo Roberto Dalla Valle

Solange Janete Finger

Fernanda Corrêa Garcia

DOI 10.22533/at.ed.7652127015

CAPÍTULO 6	49
A LITERATURA E O DESVELAMENTO DO COTIDIANO ESCOLAR: A PARTIR DO OLHAR DA MULHER DE CORPO NEGRO	
Luiz Carlos de Sá Campos	
DOI 10.22533/at.ed.7652127016	
CAPÍTULO 7	59
SENTIDO DE LA ESCUELA DESDE LAS EXPERIENCIAS EN EL BACHILLERATO RELATOS DE VIDA DE LOS ESTUDIANTES	
Diego Fernando Acevedo León	
Nohora Elisabeth Alfonso Bernal	
DOI 10.22533/at.ed.7652127017	
CAPÍTULO 8	72
ESCOLA PARQUE ANÍSIO TEIXEIRA DE CEILÂNDIA: PROJETO INOVADOR PARA OS FILHOS DA CLASSE TRABALHADORA	
Edna Mara Corrêa Miranda	
Mayrla Pereira Sena Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7652127018	
CAPÍTULO 9	84
REAL-LIFE-LIKE TEACHING IN INFORMATION AND COMMUNICATIONS TECHNOLOGIES (ICT) WITHIN THE EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA (EHEA)	
Mabel Pontón	
Amparo Herrera	
Franco Ramírez	
Almudena Suárez	
DOI 10.22533/at.ed.7652127019	
CAPÍTULO 10	98
ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES PARA A ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	
Maria Cecília Fonçatti	
Andressa Florcena	
DOI 10.22533/at.ed.76521270110	
CAPÍTULO 11	107
DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: EM CENA O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO	
Lidnei Ventura	
Roselaine Ripa	
Gustavo José Assunção de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.76521270111	
CAPÍTULO 12	117
EXERCÍCIOS DE LEITURA E DE ESCRITA: CHEGAR ÀS PRÓPRIAS PALAVRAS	

ATRAVESSANDO O TEXTO DE FILOSOFIA COM IMAGENS

Paula Ramos de Oliveira
Edileia Pereira dos Santos
Denis Domeneghetti Badia

DOI 10.22533/at.ed.76521270112

CAPÍTULO 13..... 124

DOMINÓ DO CONHECIMENTO: VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Antonio Pancrácio de Souza
Flaviane Ramos Marins

DOI 10.22533/at.ed.76521270113

CAPÍTULO 14..... 133

MALA VIAJANTE: UMA EXPERIÊNCIA LEITORA A SER CONTADA

Aline Bezerra Martins
Bruna Gonçalo do Nascimento
Francisco Gomes de Souza
Talita Sâmela Silva de Oliveira Barroso
Viviane Fernandes Lima
Maria Marina Dias Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.76521270114

CAPÍTULO 15..... 138

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA DISCIPLINA DE FÍSICA

Sandro Aparecido dos Santos
Franciele Cristiane de Oliveira Costa Alves da Luz

DOI 10.22533/at.ed.76521270115

CAPÍTULO 16..... 145

ESPERANÇAR COM O ROCK: PROCESSOS EDUCATIVOS NA PRÁTICA SOCIAL DO ROCK ENTRE MÚSICOS DA CIDADE DE SÃO CARLOS

Mariel Perez Pino
Ilza Zenker Leme Joly

DOI 10.22533/at.ed.76521270116

CAPÍTULO 17..... 156

LA ORIENTACIÓN POST UNIVERSITARIA COMO HERRAMIENTA VEHICULAR PARA LA INSERCIÓN LABORAL

Ruth Garcia Llave

DOI 10.22533/at.ed.76521270117

CAPÍTULO 18..... 163

REFLEXÕES ACERCA DA PRÁTICA DOCENTE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1 E 2 EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Wagner Alexandre Pereira da Silva
Reginaldo de Lima Santos
Artur Felipe de Souza Lins

Marco Antonio Chalita

DOI 10.22533/at.ed.76521270118

CAPÍTULO 19..... 172

JUST IN TIME TEACHING: PRÁTICA PEDAGÓGICA A SER IMPLEMENTADA NO
PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL

Renato Hallal

Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.76521270119

CAPÍTULO 20..... 180

LOS PROCESOS COGNITIVOS EN LA ENSEÑANZA Y LA INVESTIGACIÓN
INTERDISCIPLINARIA. EL CASO DE ESTUDIANTES DE POSGRADO EN MÉXICO

Gustavo Adolfo León Duarte

Fernanda Esqueda Villegas

DOI 10.22533/at.ed.76521270120

CAPÍTULO 21..... 192

UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA COMO MONITOR DA DISCIPLINA DE
TERMODINÂMICA

Vitória Ricardo da Rocha

Ramon de Lima Vila Nova

DOI 10.22533/at.ed.76521270121

SOBRE O ORGANIZADOR..... 195

ÍNDICE REMISSIVO..... 196

CAPÍTULO 11

DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: EM CENA O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

Data de aceite: 25/01/2021

Data de submissão: 03/11/2020

Lidnei Ventura

Centro de Educação a Distância – Universidade
do Estado de Santa Catarina Florianópolis-SC
<http://lattes.cnpq.br/9553407104950703>

Roselaine Ripa

Centro de Educação a Distância – Universidade
do Estado de Santa Catarina
Florianópolis-SC
<http://lattes.cnpq.br/2417267498278674>

Gustavo José Assunção de Souza

Universidade do Estado de Santa Catarina
Florianópolis-SC
<http://lattes.cnpq.br/3540534454568068>

RESUMO: O presente artigo discute os desafios da democratização da gestão escolar, trazendo para debate dois mecanismos que podem levar a sua implementação: 1. A ação em torno de um Projeto Político Pedagógico (PPP), entendendo-o como prática compartilhada; 2. Existência de estrutura de gestão colegiada. Argumenta-se que a organização do corpo discente em colegiados ou grêmios estudantis e sua presença efetiva em conselhos de classe participativos, é de fundamental importância na construção de experiências democráticas e de engajamento social. Além disso, percebe-se os grêmios escolares como importantes aliados na implantação de processos cogestionários no âmbito escola brasileira. Infere-se que

essas experiências de formação escolar podem construir junto às novas gerações uma cultura participativa e comprometida socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática. Projeto pedagógico. Grêmios estudantis.

CHALLENGES OF DEMOCRATIC MANAGEMENT: IN SCENE THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT AND PARTICIPATIVE CLASS COUNCIL

ABSTRACT: This article discusses the challenges of democratizing school management, bringing to debate two mechanisms that can lead to its implementation: 1. The action around a Political Pedagogical Project (PPP), understanding it as a practical shared; 2. Existence of a collegiate management structure. It is argued that the organization of the student body in collegiate or student unions and their presence effective participation in participatory class councils are of fundamental importance in building democratic experiences and social engagement. Besides that, school unions are perceived as important allies in the implementation of co-managerial processes within the Brazilian school. It appears that these school training experiences can build a new participatory and socially committed culture.

KEYWORDS: Democratic management. Pedagogical project. Student union.

1 | INTRODUÇÃO

Dentre os desafios que estão postos aos gestores e educadores brasileiros é a efetivação da gestão democrática na educação

pública, conforme definido na Constituição Federal de 1988. Decorridos mais de trinta anos, esse princípio constitucional não foi ainda regulamentado, limitando-se o marco legal a tangenciá-lo, mas sem que haja uma definição satisfatória. Entretanto, embora se considere a omissão legal, a práxis educativa e a historiografia educacional vêm propondo formas e metodologias que suprem esse hiato do marco legal.

Segundo Lück (2000), para que se efetive uma escola autônoma e engajada no processo de democratização de sua gestão, é preciso que três mecanismos sejam implementados: 1. Ação em de um projeto pedagógico; 2. Existência de estrutura de gestão colegiada; 3. Eleição de diretores.

Neste artigo, o objetivo é analisar mais detidamente os dois primeiros pressupostos, a fim de compreender que embora sejam muitos os desafios da gestão democrática, alguns caminhos são possibilitados pelo marco legal e pelas experiências dos diversos atores sociais que constroem, no dia-a-dia, a educação brasileira.

21 O PPP COMO PRÁTICA COMPARTILHADA

Um dos avanços importantes da atual LDB, Lei nº 9394/96, foi a previsão de que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve ser elaborado pelos próprios estabelecimentos de ensino com participação dos profissionais da educação nesta elaboração.

Literalmente, determina o Artigo 12: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica (...)” (BRASIL, 1996). Em seguida, o inciso I do artigo 14, determina a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”.

Essas passagens da lei maior da educação nacional são consideradas avanços porque invertem a histórica hierarquização de produção do projeto pedagógico, que antes era realizado pelos órgãos centrais de educação (Secretarias Estaduais e Municipais de Educação) e enviado às escolas. Com essa deliberação expressa, os profissionais da educação de cada estabelecimento escolar passam a deter a autoria da proposta pedagógica.

Entretanto, a lei também previu um instrumento de controle da proposta pedagógica, prevendo no Artigo 12, inciso VII, que cabe aos estabelecimentos de ensino “informar os pais e responsáveis (...) sobre a execução de sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996).

Para se entender a construção do Projeto Político-Pedagógico como **prática educativa compartilhada**, é preciso que todos os segmentos presentes no espaço escolar sejam autores da proposta, rompendo-se com a racionalidade fordista que separa os que pensam daqueles que executam ou são influenciados pelas ações realizadas.

Compartilhar, a princípio, parece tarefa simples, mas para que esse tipo de prática se realize é preciso que esteja imersa em vivências democráticas que, por sua vez,

são marcadas pelas contradições inerentes às práticas humanas. E as contradições só podem ser resolvidas no entrecruzamento de experiências dialógicas entre os sujeitos em interações e em condições de igualdade.

Todavia, a ideia de contradição não é bem aceita na cultura brasileira, sobretudo pelo mito de sociedade harmônica que temos, como se isso fosse algo indesejável. No processo democrático, ocorre o oposto, conforme explica Formiga (1999, p. 20):

Geralmente, os conflitos acontecem pelo fato de seus membros terem posição, objetivos, valores, percepções diferentes ou concepções de educação diferentes, o que é um aspecto necessário e saudável dentro da instituição. O problema é como os conflitos são administrados nas organizações. [...] Na maioria das vezes, os conflitos gerados na escola são tratados à base do domínio e da repressão e geralmente têm alguns aspectos em comum. Não é permitido o conflito aflorar em sua plenitude, ele é tolhido na sua origem, não favorecendo o diálogo e uma possível superação do mesmo; no âmbito institucional, estabelece-se uma situação de ganha-perde, onde quem perde é obrigado a ceder diante da autoridade superior ou de maior poder, gerando desta forma antagonismos e insatisfações. A questão que permanece é a seguinte: como é possível passar de um processo conflituoso para um processo cooperativo?

Para que os sujeitos envolvidos na proposição pedagógica da instituição escolar tenham garantidos os mesmos direitos de expressão e atuação, a participação deve ser entendida como **intervenção deliberativa**, o que não significa mera consultividade, mas poder de decisão, deliberação. Essa é uma condição indispensável da formação para a democracia. Todavia, para que possa haver equidade nas práticas compartilhadas, o poder de decidir também precisa ser partilhado. Sobre essa questão, Gandin (2001, p.85) explica que:

A construção em conjunto acontece quando o poder está nas pessoas [...] e fundamentado na igualdade real entre elas. Aí se pode construir um processo de planejamento em que todos, com seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão pacífica, organizam seus problemas, suas idéias, seus ideais, seu conjunto da realidade, suas propostas e suas ações. Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado.

Neste contexto, é preciso admitir-se que a participação deliberativa retoma o direito de os sujeitos determinarem o seu destino, ao mesmo tempo em que os responsabiliza, tornando-os **cúmplices na coletividade**.

Em todas as suas dimensões, a proposta pedagógica da escola precisa estar ancorada na participação, como sugerem os termos: PROJETO- POLÍTICO-PEDAGÓGICO.

Em cada uma das dimensões subentende-se a participação.

A dimensão de **PROJETO** se refere à ação teleológica do homem, ou seja, é aquele vir a ser, a previsão. Mais do que um mero sonho, o projeto é uma intenção, portanto, está carregado de sentido e com perspectivas de intervenção. Bem ao contrário dos animais,

o homem projeta-se adiante do seu tempo, elegendo metas para ação e estratégias a fim de que os objetivos sejam atingidos. Em se tratando de educação, o projeto é uma carta de intenções, que denuncia a concepção de sujeito e de sociedade que se quer legitimar ou construir.

Já o termo **PEDAGÓGICO** pode ser definido como competência própria dos educadores e está diretamente ligado aos princípios teórico-metodológicos que orientam suas ações. No caso da escola, o elemento pedagógico diz respeito à totalidade da *práxis* educativa, de modo que existe um fundamento educativo em tudo que nela se faz, desde definições administrativas, currículo oculto, ou ao modo de se conduzir a aula em classe.

Decorre daí que cabe aos educadores, no âmbito pedagógico, definir:

- Por sua **competência**: quanto ao domínio da área de atuação profissional (estado da arte).
- Por seu **conhecimento**: quanto às tendências e concepções presentes no campo educacional.
- Por sua **coerência**: quanto às relações entre teoria e prática adotadas como norte teórico da ação docente.

O aspecto **POLÍTICO**, tende a definir o que se quer com o ato educativo, isto é, que tipo de sujeito se quer formar e que mundo se quer construir. Neste caso, a dimensão política requer dos educadores uma posição clara diante das contradições sociais. É o momento de uma definição importante: ou se pretende uma educação de cunho reflexivo, revolucionário das condições de exploração a que estão submetidas as pessoas no atual modelo social brasileiro, ou se a nossa opção é por uma educação conservadora e cristalizadora da exclusão social e perpetuação da miséria. Deste ângulo, vê-se que a ação política é inerente ao ato educativo, queiramos ou não. É claro que a maioria dos educadores condena a exclusão, a miséria e a exploração, mas contraditoriamente muitos instituem o autoritarismo na sala de aula e no regimento escolar, perpetuando o jogo das relações conservadoras de um modelo social já esgotado.

Ainda sobre o aspecto político do PPP, é preciso dizer que a LDB trata do tema somente como **proposta pedagógica** ou **projeto pedagógico**, o que é bem típico de uma legislação neoliberal, que tenta despolitizar a educação e a prática pedagógica. Na contramão desse entendimento, Ventura e Cisne (2000, p. 27) afirmam que:

[...] educar é construir com os alunos uma leitura crítica do mundo, constando sua desigualdade, para posterior (ou paralela) intervenção, reinventando-o, construindo-o para todos e não para uma minoria privilegiada. Resume-se aí, o que não é pouco, o papel político da educação que deve nortear o PPP da escola.

Em tempos sombrios como os atuais, o papel político da educação precisa ser constantemente lembrado, tendo em vista as pressões do conformismo, do engodo da

neutralidade e, principalmente, da naturalização das desigualdades sociais.

3 | O SEGMENTO DISCENTE NA ESTRUTURA DA GESTÃO COLEGIADA: GRÊMIO ESTUDANTIL E CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

Em sua pesquisa acerca da participação dos alunos na organização escolar, Garcia (2006) nos oferece valiosas lições sobre o universo juvenil e sua necessidade de pertencimento ao espaço escolar. Analisando a organização dos alunos em um grêmio estudantil e no conselho escolar, em uma escola da periferia paulista, a autora se tornou uma porta-voz das falas de adolescentes interessados em contribuir para a transformação da sua escola num lugar melhor para se viver e aprender.

Em um dos depoimentos colhidos pela autora, fica claro o alto grau de mobilização social a que podem chegar os alunos quando se envolvem com a gestão da escola. Assim se pronuncia R, um adolescente de 16 anos, sobre o grêmio estudantil:

É sindicato dos alunos. Dois ou três que representam a escola (está muito nervoso ao falar, sua voz é trêmula). É igual a um sindicato, representa. Briga pelos direitos dos alunos. E qual é o direito? Coisas melhores para os próprios alunos, ajudar os professores, criar coisas melhores para a escola como a ampliação da sala do grêmio, para a pessoa ficar jogando, ter uma recreação para os alunos. (GARCIA, 2006, p. 85).

O aluno entrevistado reafirmou um dos princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, ratificada por todos os países membros (chamados Estados Membros), os artigos 12 e 15 defendem a liberdade de expressão da criança e do adolescente, bem como sua organização e reunião. Leia a seguir:

Artigo 12

§1. Os Estados Membros assegurarão à criança, que for capaz de formar seus próprios pontos de vista, o direito de exprimir suas opiniões livremente sobre todas as matérias atinentes à criança, levando-se devidamente em conta essas opiniões em função da idade e maturidade da criança.

Artigo 15

§1. Os Estados Membros reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de reunião pacífica. (ONU, 1987).

Mas, muito antes de qualquer documento oficial permitir ou sugerir, a organização estudantil sempre esteve presente nos momentos mais conturbados da vida nacional e internacional.

Ficaram mundialmente conhecidas as manifestações estudantis da chamada

Revolução de 1968, que assolou a Europa com gigantescos protestos a favor da liberdade e que foi o estopim para o surgimento de diversos movimentos sociais, tais como o movimento feminista, ecologista, hippies e de contracultura, assim como defensores das minorias e direitos humanos.

O filósofo Jean Paul Sartre, que acompanhou as manifestações dos estudantes de Paris, dois anos depois ainda estava atônito com o movimento se perguntando o que realmente teria acontecido. Diversos outros intelectuais como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Foucault também foram influenciados pelo movimento.

No Brasil, uma das grandes expressões da organização estudantil foi a intensa participação nas passeatas contra o Regime Militar. A principal delas foi a Marcha dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1968, em protesto contra a morte do estudante secundarista Edson Luís, de 17 anos, quando a polícia militar invadiu o Restaurante Calabouço, no Centro do Rio, antigo ponto de encontro do movimento estudantil.

Uma das expressões mais conhecidas da juventude brasileira talvez seja a aparição dos “caras pintadas”, que saíram às ruas para protestar e pedir a renúncia do então presidente Fernando Collor de Melo.

O caráter da juventude, em todos os tempos foi de ousadia, determinação e contestação. Para Aristóteles (1996, p.192), “[...] pensamos que os adolescentes costumam envergonhar-se porque vivem em função das emoções, e portanto cometem muitos erros, mas são refreados pela vergonha”, pois é próprio do jovem o arrebatamento, a paixão, o gosto pelas reações exageradas.

Na contramão da história, a escola tem tido dificuldades em lidar com os arroubos da juventude, confundindo contestação com indisciplina e homogeneizando procedimentos, como se todos fossem iguais e não existisse a diversidade humana. Por isso, a constante repulsa de muitos educadores quanto à criação dos grêmios estudantis, com medo da organização dos alunos colocarem em xeque a ordem estabelecida.

Ao longo do tempo, infelizmente, os conselhos de estudantes têm se limitado a uma função meramente recreativa, organizando jogos e festas. Esse caráter também é importante, pois raramente se vê no Brasil políticas públicas neste sentido, mas por si não basta. No âmbito da gestão democrática da escola, o papel das agremiações estudantis é de impulsionar a participação dos alunos nas decisões e deliberações gerais da escola.

Se pensarmos bem, esse é um dos únicos espaços sociais que os alunos têm para exercitar a vida democrática, de forma organizada, até que cheguem à fase adulta. Como afirmam Grácio e Aguiar (2001, p. 81): “Os alunos organizados têm mais chance de subverter esta relação hierarquizada de submissão aos adultos e são percebidos como ameaça ao poder instituído”.

Tradicionalmente, tem-se reclamado da falta de participação popular em instituições como sindicatos e conselhos comunitários, mas não se percebe que tanto a criança quanto

o jovem pouco ou nada deliberam, vivendo em um mundo completamente adulto, em um mundo cujo poder de decisão é quase nenhum.

Mas quando entra em cena o Grêmio Estudantil, a escola se converte em um ambiente promotor de lideranças, de criatividade e fomenta

[...] o debate, a participação nas decisões, a escolha da representatividade, a comunicação entre os membros da comunidade escolar, o exercício do trabalho coletivo, a valorização da cultura e a autonomia do grupo. (GRÁCIO; AGUIAR, 2001, p.75).

Do ponto de vista legal, muitos documentos estaduais e municipais incorporaram a demanda dos alunos por instrumentos de organização ainda nos anos 80, sobretudo no período de abertura, tais como a Lei Federal 7.398, de 1985, e diversas constituições estaduais. A maioria dessas leis evoca o componente político-pedagógico implícito na organização dos alunos, como aponta a Resolução nº 1074/2010, da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro, dizendo que o Grêmio: “É o órgão representativo do corpo discente de cada unidade escolar [...] tem por finalidade favorecer o desenvolvimento da consciência crítica, da prática democrática, da criatividade e da iniciativa” (RIO DE JANEIRO, 2010).

Na concepção desta lei, o Grêmio Estudantil pode se tornar uma força de coesão do segmento dos alunos, contribuindo para que vivenciem, na prática, experiências democráticas, ao mesmo tempo equilibrando a correlação de forças e produzindo uma escola de qualidade. E ainda:

Não nos esqueçamos de que a escola constitui-se no lócus inicial de construção da cidadania e, por conta disso, incentivar a participação de todos os que estão envolvidos em sua construção permanente faz parte de uma aprendizagem e de um exercício de democracia. No qual não haja isolamento entre os que trabalham com funções administrativas e os que trabalham com as funções pedagógicas. (GODOY, 1999, p.82).

Os alunos podem ainda participar do dia a dia da escola nos conselhos de classe participativos, pois no âmbito da democratização da gestão escolar, todos os espaços devem servir para avaliação do percurso percorrido pelos atores que constroem a escola no seu cotidiano

Por ser um momento extremamente importante para a reflexão do percurso escolar, o Conselho de Classe para ser legítimo precisa ser participativo e envolver todos os segmentos presentes na escola.

Romão (2001, p. 101) chama a atenção para a importância da participação dos alunos nos momentos de avaliação do percurso de ensino e aprendizagem escolar. Diz ele que: “‘Simplesmente não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros, já escrevia Paulo Freire (1981, p.119). Da mesma forma, não podemos avaliar pelos alunos, nem para os alunos, nem sem os alunos”.

Só é possível cultivar a esperança por uma geração mais democrática na medida em que propiciamos momentos de participação democrática. E no caso da escola, o desafio é construir processos cogestionários, com a perspectiva de no futuro se construir uma sociedade nesses moldes.

Do que foi dito, deduz-se que o Conselho de Classe precisa urgentemente perder seu caráter de julgamento e classificação e de avaliação exclusiva do aluno e adquirir um caráter amplamente dialógico, no qual emergem contradições, conflitos, negociações e consensos em torno de temas e problemas que afligem educadores e educandos.

Sendo um espaço consultivo, reflexivo e deliberativo, o conselho de classe participativo pode se tornar uma importante ferramenta de gestão democrática do ensino e da escola.

O trabalho escolar, tendo por base as instâncias de participação discente tende a concretizar uma práxis de fato transformadora e emancipadora. Sendo assim, devem servir de metas e mesmo de elementos norteadores do trabalho do gestor, porque ele é o principal agente de articulação, de mediação, entre os segmentos escolares e destes com as instâncias deliberativas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, discutimos a importância da autonomia escolar e como ela pode se legitimar na prática com a implementação de uma gestão democrática e representativa. Além disso, vimos uma importante ferramenta de participação, que são os conselhos deliberativos escolares.

Com esse debate intencionamos apresentar ao leitor que o caminho para uma escola autônoma não é simples de ser feita, mas factível. Para isso, é essencial olharmos com atenção para todos os mecanismos que estão presentes no cotidiano escolar, sem deixar de levar em consideração todo o contexto histórico de constituição da escola no Brasil. Não podemos olhar a escola atual, e sua forma de gestão, sem considerar todo o percurso histórico e intencionalidades presentes em seus mecanismos reguladores.

Vimos que a autonomia passa necessariamente pela gestão, e que para que essa seja democrática, ela precisa ser representativa daquela comunidade escolar, e não representativa de um sistema político, um cargo de barganha eleitoral. Uma gestão democrática torna-se executora de ações que são deliberadas nos conselhos e, por isso, a importância dessas duas esferas estarem em sintonia e em diálogo permanente.

O conselho, por sua vez, precisa ser representativo, o que significa que a comunidade escolar se vê representada nesta instância. E para que seja representativo, a comunidade escolar precisa manter vivo o debate sobre como veem a escola, qual seu papel na sociedade e, em especial, naquela comunidade e o que se pensa por educação. Isso significa que outra importante ferramenta de gestão democrática precisa ser continuamente

debatida e revista - o projeto político pedagógico. Quando toda a comunidade tem clareza dos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que norteiam a prática daquela escola, os debates se tornam mais ricos, as proposições são contextualizadas e voltadas às necessidades locais.

Com tudo isso, reconhecemos a importância da autonomia escolar e do quanto ela nos é cara. Para essa autonomia deixe de ser retórica, é preciso ter clareza dos mecanismos que regem à escola e das ferramentas que podemos usar nas instituições educacionais. É urgente que os debates sejam feitos, que a comunidade escolar tenha voz ativa e procure conhecer os mecanismos e documentos que regem sua escola e os sistemas de ensino. Esse movimento precisa ser vivo e dinâmico, não apenas documental e burocrático. A participação deve ser constante e, para isso, os espaços de debate devem ser fomentados e usados efetivamente. A apatia e o distanciamento devem ceder lugar ao interesse e ao compromisso pela escola, pela educação. Essa deve ser uma luta conjunta, constante e urgente.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

FORMIGA, L. A. Perspectivas de gestão escolar. In: BELOTTO, Aneridis A. Monteiro et al. (Orgs). **Interfaces da gestão escolar**. São Paulo: Editora Alínea, 1999.

GANDIN, D. A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/gandin.pdf>>. Acessado em: 01 out. 2020.

GARCIA, T. de O. G. A organização do trabalho na escola e a participação dos educandos. Revista **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática**. v.14, nº 26, jan./jun. UNESP, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/410/344>>. Acesso em: 01 out. 2020.

GODOY, A. C. de Souza. Gestão escolar e prática reflexiva. In: BELLOTO, A. A. Monteiro et al. (Orgs). **Interfaces da gestão escolar**. São Paulo: Editora Alínea, 1999.

GRÁCIO, J. C.; AGUIAR, R. Célia F. Grêmios Estudantil: construindo novas relações na escola. In: BASTOS, João Baptista (Org.). **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001.

LÜCK, H. Gestão escolar e formação de gestores. **Em Aberto**. v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. Brasília, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A convenção sobre os direitos da criança. 1987. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

VENTURA, L.; CISNE, Sandra. **Planejamento**. Florianópolis: SENAC, 2001.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. Resolução SME nº 1074, de 14 de abril de 2010. Rio de Janeiro, 2010.

ROMÃO, J. E. **Avaliação diagnóstica**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aplicability 84

B

BNCC 2, 5, 10, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 136, 164, 165, 168

C

Cálculo diferencial e integral 172, 173, 176, 178, 179

Classe trabalhadora 9, 16, 43, 47, 72, 73, 74, 76, 79, 80, 81

Competition 84

Consumption 26

Cotidiano escolar 49, 53, 114, 132

D

Desigualdade social 49, 73

Dificuldades de aprendizagem 137, 138, 141, 142, 144

Direitos infanto-juvenis 124

Distribution 26, 87, 93

Docente 59, 106, 132, 161, 162, 163

Doença 12, 16

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 57, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 155, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 179, 181, 195

Educação do campo 138, 139, 140, 142, 143, 144

Educação em saúde 12, 14, 19

Educação física 76, 77, 80, 163, 164, 165, 166, 167, 168

Educação profissional e tecnológica 38, 39, 42, 43, 44, 48

Educação sanitária 12, 14, 19

Educación 20, 37, 59, 62, 70, 71, 162, 179, 180, 184, 190, 191

Emociones escolares 59, 67

Empreendedorismo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10

Ensino médio 1, 3, 4, 5, 9, 11, 44, 50, 57, 102, 103, 105, 106, 138, 139, 141, 142

Ensino público 1, 4, 10, 11, 44
Escola Parque Anísio Teixeira 72, 73, 76, 80, 81, 82
Escrita 17, 53, 74, 117, 118, 119, 120, 122, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 154
Estágio supervisionado 163, 165
Exercício 15, 40, 42, 46, 54, 80, 100, 102, 113, 117, 118, 119, 120, 122, 136, 176
Experiência acadêmica 192
Experiências 2, 22, 23, 48, 79, 80, 107, 108, 109, 113, 134, 163, 165, 166, 168
Experiencias escolares 59, 60, 61, 62, 64, 70, 71

F

Filosofia 49, 58, 74, 83, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 195
Física 16, 28, 53, 65, 76, 77, 80, 124, 127, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 174
Food 26
Formação inicial 21, 22, 23, 144

G

Gestão democrática 107, 108, 112, 114, 115
Grêmio estudantil 107, 111, 113, 115

I

Imagens 117, 119
Inovação 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83
Interdisciplina 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191
Investigación 59, 60, 61, 70, 97, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191

J

Just in time teaching 172, 173, 174, 175, 178, 179

L

Leitura 54, 110, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 165, 175, 176
Literatura 6, 7, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 71, 77, 129, 134, 173, 182, 183
Lúdico 124, 129, 130

M

Metodologia ativa 172, 173, 174, 178
México 71, 180, 181, 183, 184

Michel Foucault 12, 15
Modernidade 38, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 75
Monitoria 192, 193, 194
Motivation 84, 85, 86, 96

N

Neoliberalismo 1, 2, 5, 6, 11

P

Pedagogia crítica 38
Posgrado 180, 183, 184, 185, 190, 191
Práticas sociais 145, 147
Problematização 1, 2, 3, 4, 7, 9, 53, 134, 175
Processing 26
Processos educativos 45, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154
Production 26, 72, 96
Projeto 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 21, 23, 72, 73, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 115, 125, 131, 132, 133, 134, 135, 136
Projeto pedagógico 76, 107, 108, 110

R

Rede de proteção 124, 127, 131
Relaciones escolares 59, 60, 62, 63, 64, 69
Residência pedagógica 21, 22, 23, 133, 134, 136, 137
Rock 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154

S

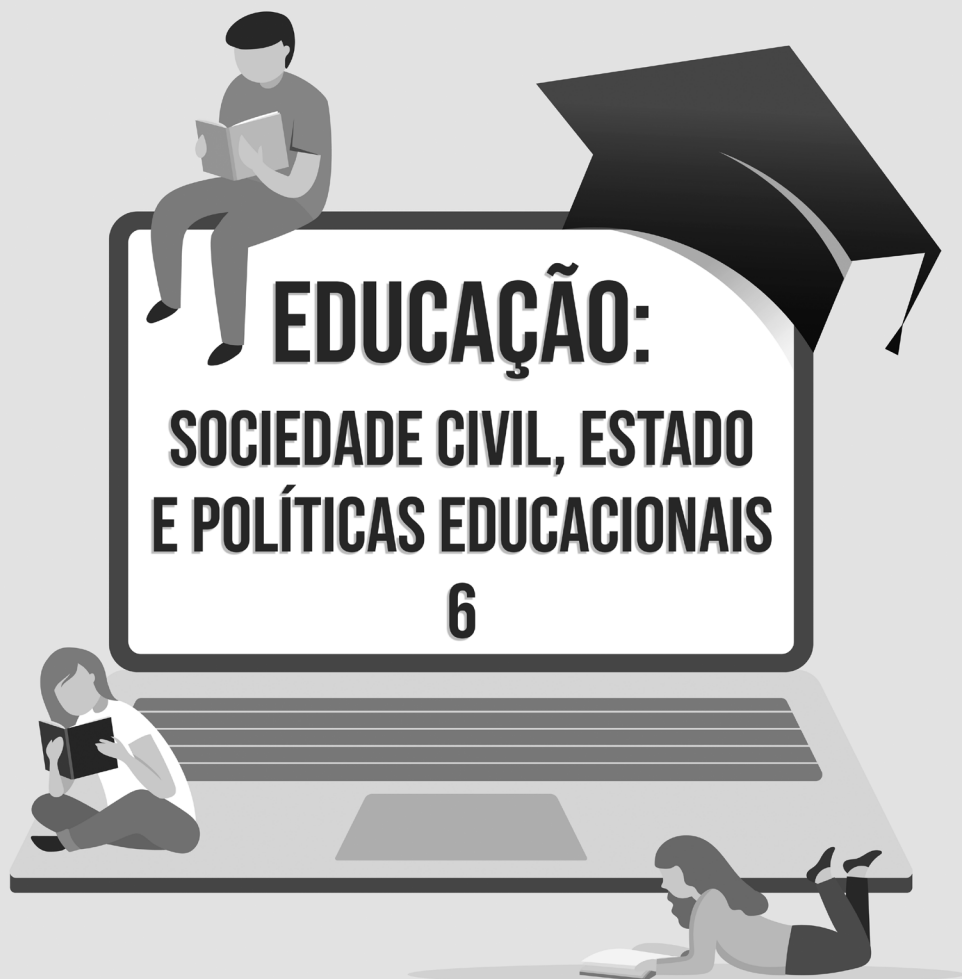
Saúde 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 40, 46, 124, 125, 126, 131, 132, 140
Simposium 84

T


Teorias de ensino e aprendizagem 38
Termodinâmica 192, 193, 194
Trabalho e educação 38, 48

V


Vivencias juveniles 59, 60, 69



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021